

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 023

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 005ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
19 DE MARÇO DE 2002**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Fernando Guimarães e Antonio Anibelli.

Às dezesseis horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 500-A**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário a preferência para discussão e votação da Proposição nº 010/2002, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**REQUERIMENTO Nº 503**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência para discussão e votação dos projetos de lei na presente Sessão Extraordinária, que dispõem sobre autorização para pagamento de gratificação aos servidores públicos estaduais, bem como para o Projeto de Lei nº 110/2002.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 501**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco das Emendas ao Projeto de Lei nº 068/2002 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 502**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco das Emendas ao Projeto de Lei nº 031/2002 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 504**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 501 e 502, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente, solicitando votação em bloco, das emendas aos Projetos de Lei n°s 031 e 068/2002, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovados.**

Requerimento n° 503, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação dos projetos de lei constantes na presente Sessão Extraordinária, que dispõe sobre autorização para pagamento de gratificação aos servidores públicos estaduais, bem como para o Projeto de Lei n° 110/2002. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados.

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 110/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo doar imóvel, no município de Alvorada do Sul, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 016/2002, de 12.03.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 110/2002

##### P A R E C E R :

O projeto em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Alvorada do Sul, o imóvel localizado na Rua Imperadora Alves, naquele município, na comarca de Bela Vista do Paraíso, com destinação específica para a instalação da Escola Municipal Semente do Saber.

Por não haver óbice de natureza jurídica, esta Comissão é de parecer favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 19.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 090/2002, de autoria do Tribunal de Contas, que concede ao servidor público efetivo, integrante do Quadro de Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que poderá ser concedida, por ato do presidente, uma gratificação especial por assiduidade no valor de R\$100,00 (cem reais). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N° 090/2002 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A :

Art. 1º - Ao servidor público efetivo, integrante do Quadro de Servidores do Tribunal de Contas do Estado

do Paraná, poderá ser concedida por ato do presidente, uma gratificação especial por assiduidade, no valor mensal de R\$100,00 (cem reais).

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa pela comprovação mensal da assiduidade do servidor será da chefia imediata, observado o disposto no art. 164, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º - A gratificação especial, prevista no artigo anterior, não será computada para fins de contribuição previdenciária e não será incorporável quando da passagem do servidor para a inatividade, bem como não integrará a base de cálculo para concessão de qualquer benefício.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

##### JUSTIFICATIVA:

Considerando a Mensagem Governamental n° 003/2002, encaminhada ao Poder Legislativo em 18 de fevereiro de 2002, na qual solicita autorização para conceder ao funcionário público efetivo integrante do Quadro Geral do Estado, gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais) o presente anteprojeto de lei visa conceder idêntica gratificação ao servidor efetivo do Quadro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A despesa decorrente dessa concessão não excederá o limite da despesa com pessoal, estabelecida no artigo 20, inciso II, letra "a" da Lei Complementar n° 101/2000.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 090/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas, visa conceder ao servidor público efetivo, integrante do Quadro de Servidores do Tribunal de Contas do Estado, poderá ser concedida por ato do presidente, uma gratificação especial por assiduidade, no valor mensal de R\$100,00 (cem reais).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.03.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 90/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do Tribunal de Contas, ao servidor público efetivo, inte-

grante do Quadro de Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, poderá ser concedida, por ato do presidente, uma gratificação especial por assiduidade, no valor mensal de R\$100,00 (cem reais).

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o § 3º do artigo 33, do Regimento Interno, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2002, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais) aos servidores efetivos dos Quadros do Poder Judiciário. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 068/2002

#### P A R E C E R :

Em apreciação as seguintes emendas de Plenário de nº 01 e 02, respectivamente dos ilustres deputados Antonio Anibelli: Luciana Rafagnin e outros, ambas inconstitucionais pois, na medida que implicam aumento de despesas, ferem frontalmente o art. 68, da Constituição Estadual que, com clareza a não deixar dúvidas assim estabelece: “Não é admitido aumento de despesa prevista (II) nos projetos dos Tribunais Estaduais”. O que se põe a salvo aqui é a independência dos poderes para aferir as possibilidades de, diante dos recursos de que dispõem confrontados com as despesas administrativas, poderem conceder ou não aumento a seus servidores. Daí a vedação para que emendas de autoria de parlamentares possam ampliar despesas previstas em projetos de iniciativas do Executivo e do Judiciário.

Por tais razões o parecer desta comissão é contrário às emendas em epígrafe.

Sala das Comissões, em 19.03.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator.

Apoiamento:

Duílio Genari, Ademar Traiano, Sérgio Spada, Moysés Leônidas, Algaci Tulio - Voto Contrário ao Parecer, Marcos Isfer - Voto Contrário, Orlando Pessuti - Voto Contrário ao Parecer, Plauto Miró Guimarães.

No item 08 nós temos algumas emendas.

Vamos votar inicialmente, o projeto.

Senhores deputados que aprovam o projeto, ressalvadas as emendas, se mantenham como estão.

**Aprovado, artigo por artigo.**

As emendas que tem parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, terão votação inversa.

Os deputados que aprovam as emendas com parecer contrário da CCJ, queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

**Assentimento.**

Senhor presidente, o senhor poderia fazer um novo encaminhamento de votação? Para que possamos saber exatamente, o que estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O projeto foi votado e aprovado.

Agora serão votadas as emendas.

São 3 emendas: emenda nº 01, do deputado Anibelli, depois outra emenda do PT, outra emenda do deputado Algaci Tulio e Marcos Isfer, outra emenda do deputado Algaci Tulio e Marcos Isfer e outra emenda do Marcos Isfer e Cezar Silvestri. Todas com parecer contrário da CCJ. Os deputados que aprovarem a emenda, têm que levantar-se na primeira chamada e posteriormente os que rejeitam...

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, nós estamos votando item nº 08 ou 09?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Oitavo.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas eu não lembro de ter emenda para o item nº 08 de minha autoria. Eu tenho para o item nº 09.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O item 09 não tem emenda.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas as emendas que nós apresentamos, eu e o deputado Marcos Isfer, foi para o nº 09 e não para o nº 08.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É que foi votado em 1ª nobre deputado. A discussão do item nº 09 foi votado em 1ª discussão. Não cabe emenda ainda, só na 2ª discussão.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Pois é. Mas o senhor anunciou que tem uma emenda de nossa autoria para o item nº 08 e eu não apre-

sentei emenda para o item nº 08. Acho que é o item nº 07, então.

É para o Poder Executivo a nossa emenda, senhor presidente, não para o Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mensagem nº 68 tem realmente uma emenda do deputado Antonio Martins Anibelli, tem a segunda emenda o PT. São duas emendas.

Então, vamos votar a emenda do deputado Anibelli. Senhores deputados que são favoráveis à emenda do deputado Antonio Anibelli, queiram levantar-se. Vinte e um senhores deputados.

Senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e três senhores deputados. Está rejeitada a emenda.

Emenda número dois da deputada Luciana e do deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, são no projeto nº 031 ou no Projeto...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Projeto nº 068. Item nº 08.

Está em votação a emenda da deputada Luciana e do deputado Ângelo Vanhoni. Senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. NEIVO BERALDIN

Qual é o conteúdo da emenda, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Que estende a todos os servidores, ativos e inativos, integrantes.

Vinte e um senhores deputados.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e três deputados. Está **Rejeitado**.

Está aprovada o projeto em 2ª discussão na sua íntegra.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço que V. Exa. registre os votos dos deputados que integram a Bancada de Oposição, favoráveis à concessão dos benefícios aos inativos do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, nobre deputado.

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2002, que objetiva conceder ao funcionário público efetivo integrante do Quadro Geral do Estado, gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM

## EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 031/2002

#### P A R E C E R :

Em apreciação as seguintes emendas de Plenário: de nºs 1 a 5, respectivamente dos ilustres deputados Antonio Anibelli, Luciana Rafagnin e outros. Algaci Tulio, Marcos Isfer e Cezar Silvestri, todos elas inconstitucionais pois, na medida que implicam aumento de despesas, ferem frontalmente o artigo 68 da Constituição Estadual que, com clareza a não deixar dúvidas assim estabelece: “Não é admitido aumento de despesas prevista (I) nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, quando compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual (...)”, e o artigo 66 também da Carta Estadual prescreve que projetos que impliquem aumento de despesa com pessoal do Executivo “são de iniciativa privativa do Governador do Estado”.

Por tais razões o parecer desta Comissão é contrário às emendas em epígrafe.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAINO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari; Marcos Isfer-voto contrário; Sérgio Spada; Algaci Tulio - voto contrário ao parecer; Moysés Leônidas; Plauto Miró Guimarães; Orlando Pessuti - voto contrário ao parecer.

Estamos votando inicialmente o projeto. Senhores deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda nº 01. Deputado Antonio Martins Anibelli que estende aos inativos. Senhores deputados que aprovam.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nós encaminhamos favoravelmente a emenda do deputado Antonio Anibelli, porque, sem sombra de dúvida, é uma emenda que promove a justiça. Já se praticou ainda há pouco uma injustiça em relação aos aposentados do Poder Judiciário e evidentemente que é tempo de corrigirmos isso com relação aos servidores inativos do Poder Executivo do Paraná. Não tem sentido que nós, ao aprovarmos um benefício tão singelo, tão pequeno, que é um abono de cem reais, uma gratificação de cem reais, para uma parcela apenas dos servidores públicos, que não façamos estender esse benefício aos inativos.

Eu já ouvi nesta Assembléia, nesses 19 anos, tenho a certeza que a totalidade dos senhores parlamentares,

fazerem discursos em favor dos inativos, tanto da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e especialmente do Poder Executivo. E numa dessas em que vem uma mensagem dessas, em que pretende se estender esse benefício, representado por esse abono de cem reais aos inativos, eu não posso acreditar que meus colegas parlamentares não concordem com essa iniciativa.

Hoje, ainda, durante a reunião da CCJ, quando o deputado Ademar Traiano relatava contrário às emendas, nós tivemos oportunidade de ler para os senhores deputados, integrantes da CCJ, parecer em consulta que fez o deputado Antonio Anibelli à própria Secretaria da Administração em favor de um servidor. E lá, naquela oportunidade, a Secretaria dizia que não tinha amparo legal para conceder qualquer vantagem, qualquer benefício, de caráter isolado. E o que nós estamos fazendo aqui ao votar secamente a proposta do Governo?

Estamos justamente promovendo melhorias no recebimento de alguns servidores. Portanto, estamos dando tratamento diferenciado, tratamento de forma isolada. Por essa razão, entendo justa, de plena validade, a emenda do deputado Antonio Anibelli que estende o abono de cem reais aos integrantes do Quadro de Inativos do Poder Executivo. Por isso voto favorável e peço a todos os companheiros que façam da mesma forma.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a nossa discussão é um tema muito importante, trata da questão de abono. Mas, eu queria anunciar a presença, aqui hoje na Sessão, da dona Rosalina F., cidadã honorária de Londrina, e junto a senhora Venusmar (?). A dona Rosalina, para que a Assembleia tenha conhecimento, fundou há 45 anos atrás, já que a cidade tem 68 anos, o Willis (?), que é Instituto Londrinense de Assistência a Surdos, um trabalho fantástico, invejável, em se falando de Brasil. E hoje contamos com a presença dessa cidadã, que muito honra o povo de Londrina, cidadã honorária.

Seja bem-vinda.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Cumprimentamos as nossas ilustres visitantes e fica registrado nos Anais desta Casa as suas presenças.

Deputados que aprovam a emenda do deputado Antonio Anibelli, Emenda nº 1, queiram levantar-se.

Vinte e um senhores parlamentares.

Deputados que rejeitam a emenda do deputado Antonio Anibelli, Emenda nº 01, queiram levantar-se.

Vinte e três senhores parlamentares.

**Está rejeitada a emenda.**

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para registrar o voto favorável à emenda do deputado Antonio Anibelli; do deputado Luiz Carlos Zuk; Waldyr Pugliesi; deputado Eli Ghellere; deputado Caíto Quintana; deputado Irineu Colombo; deputada Luciana Rafagnin; deputado José

Maria Ferreira; deputado Ricardo Chab; deputado Orlando Pessuti; deputado Augustinho Zucchi; deputada Serafina Carrilho; deputado Renato Gaúcho; deputado Pastor Edson Praczyk; deputado Marcos Isfer; deputado Edson Strapasson; deputado Cezar Silvestri, deputado Neivo Beraldin, deputado Algaci Tulio, deputado Nereu Moura, deputado Fernando Guimarães.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Para justificar, senhor presidente.

**(Assentimento)**

O voto dos deputados da base aliada do governo, que votaram e votam a favor do servidor público do Estado do Paraná, dando uma gratificação de R\$100,00. Deputados: Durval Amaral, Nelson Garcia, Elio Rusch, Luiz Fernandes Litro, Divanir Braz Palma, Edno Guimarães, Moysés Leônidas, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Chico Noroeste, Luiz Accorsi, Plauto Miró, Geraldo Cartário, Nelson Tureck, Luiz Carlos Alborghetti, Sérgio Spada, Cesar Seleme, Basílio Zanusso, Luis Carlos Martins, Duílio Genari, Ricardo Maia, Hermas Brandão. Não é senhor presidente?

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu não posso falar.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

Pela ordem, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, acho que precisamos retificar aquela votação. De acordo com o líder Durval Amaral, a emenda do deputado Antonio Anibelli foi aprovada. Todos os deputados votaram favoravelmente.

#### O SR. DURVAL AMARAL

O senhor tem que entender e prestar mais atenção no que eu falo, deputado Cezar Silvestri.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Emenda nº 2, em plenário.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Pela ordem, senhor presidente.

**(Assentimento)**

A exposição de motivos do deputado Orlando Pessuti foi extremamente técnica, A Constituição no seu artigo 37, não permite que se faça distinção dentro da carreira. O que estamos fazendo, aqui hoje, em função dessa mensagem do governo, é provocar a diferenciação desses salários, dentro dos inativos e dos pensionistas.

Temos aqui, recebendo as honras desta Casa, a esposa do saudoso professor Odésio Francisco - meu professor de economia e que, tristemente, vem a esta Casa e sai de Londrina, para ver o aposentado, o pensionista sendo discriminado nesta Casa. Nós só temos uma postura, que é a da lei e da justiça. Se quisermos fazer e provocar, precisamos estar com os pensionistas e os

aposentados, caso contrário, estaremos discriminando-os na lei.

Obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, apenas para fazer uma ratificação: o deputado Durval Amaral na sua exposição registrou os votos favoráveis à mensagem do governo. Nós também votamos favoráveis à mensagem do governo. Apenas e somente votamos também favoráveis à emenda do deputado Antonio Anibelli, que estende esse benefício aos inativos, no que se faz justiça à exposição do deputado José Maria Ferreira.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Para justificar, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Para estabelecer a justiça e não aproveitar a presença de pessoas que estão nos visitando, para tentar calcar outra colocação, votamos, hoje, um projeto que está dando os R\$100,00, como abono, para os efetivos. Tive a oportunidade de falar em uma reunião que tive na Casa Civil, da necessidade que temos em contemplar as outras categorias, entre elas - falei da tribuna - a dos aposentados e também aqueles celetistas do Estado, que ganham e trabalham e também merecem ganhar. Para restabelecer a justiça, essa mensagem é do Executivo e quem está apoiando votou na mensagem do Executivo. E não serão outros, que não estão ao lado do Executivo, que iriam, através de uma emenda, pautar o que o Executivo vai fazer. Para tudo tem a sua hora! Quem viver, verá!

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER

Esta não foi a hora dos inativos, por vontade do governo Jaime Lerner e de seus deputados e nem pela incorporação ao salário dos servidores...

**(Tumulto no plenário)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quem já pediu pela ordem, já não está mais conseguindo a palavra. E já é matéria vencida.

Emenda nº 2:

Os senhores parlamentares que são favoráveis à Emenda nº 2, da deputada Luciana Rafagnin e do deputado Ângelo Vanhoni, queiram levantar-se.

O SR. IRINEU COLOMBO

Para encaminhar, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, a emenda da Bancada do PT faz com que todos os integrantes do quadro geral do Estado, professor estatutário, professor celetista e demais funcionários celetistas também recebam a gratificação de 100 reais. A emenda trata ainda que os funcionários ativos e inativos receberão a gratificação, nós colocamos isso no parágrafo único. No artigo 2º nós tomamos o cuidado de

que não seja computada essa gratificação tendo em vista que ela não é permanente, não há garantia de permanência e incorporação, que não seja também como base de cálculo para descontos previdenciários e nem para retirar o direito de vale transporte e auxílio alimentação. A Bancada do PT quer homenagear aos professores do Paraná com essa emenda, apesar de ser feita pela bancada do PT a exemplo de tantos outros parlamentares da Oposição que apresentaram a emenda, evidentemente tem aqui o espírito da bancada oposicionista que quer homenagear os professores do Paraná, quer homenagear os ativos e os inativos, quer homenagear aqueles que têm servido ao Paraná sem um tratamento digno uma conversa sincera com o governador e agora nem os "cenzão" não querem dar para aqueles que são inativos, celetistas, para todos os professores do quadro geral. Então, é para restabelecer a justiça que nós fizemos essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Essa presidência informa aos senhores parlamentares que as emendas 2, 3, 4, e 5 são praticamente idênticas à Emenda nº 1, trata-se do mesmo assunto e já estão prejudicadas, então por isso nós deixamos de votar.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Só para registrar então, já que V. Exa. não fez a leitura das emendas, só deixar claro a minha posição já deixada na CCJ, hoje à tarde de que minha emenda também trata da questão dos inativos, dos pensionistas de que se fôssemos levar evidentemente numa discussão mais aprofundada na CCJ, aquilo que o deputado Pessuti já falou, eu havia levantado na CCJ, o projeto, a mensagem do governador, ela é inconstitucional porque não pode diferenciar classes dos servidores. É a minha posição, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estranho também o Poder Judiciário mandar uma mensagem sendo inconstitucional.

O SR. MARCOS ISFER (**Para Encaminhar**)

Tendo em vista que V. Exa. considera as emendas todas elas semelhantes, eu pediria para encaminhar porque uma das emendas é minha.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas já estão prejudicadas, não vão ser colocadas em discussão e nem em votação mais. Nem esta do PT vamos colocar mais em votação, fazendo a verificação posteriori, nós vimos que são todas idênticas à emenda do deputado Antonio Anibelli.

O SR. MARCOS ISFER

Então apenas para registrar o voto, eu quero deixar claro, senhor presidente, que esse abono de 100 reais para um servidor que ganha 890 reais vai ser um grande prejuízo, porque até este momento esse servidor estava dis-

pensado de contribuir para o imposto de renda, a partir deste abono ele vai pagar imposto de renda, não vai ter aumento nenhum e nem vai levar isso para a sua aposentadoria nem nenhum benefício. Então, se por um lado o governo pensa que está fazendo um benefício, também por outro lado vai estar causando transtornos a todos os servidores.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Item 06. Na ordem inversa nós estamos no item 06 agora.

Item 06 - serão votados os vetos.

Há requerimento do deputado Durval Amaral e do deputado Edson Praczyk.

O primeiro, do deputado Durval Amaral, solicitando a votação em bloco. Coloco em votação inicialmente o requerimento do deputado Durval Amaral. **Aprovado.**

Requerimento nº 500-A de autoria do Pastor Edson Praczyk, que solicita preferência para discussão única da Proposição nº 010/2002, item 01 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

O SR. EDSON PRACZYK (**Para Encaminhar**)

Quero solicitar aos nobres parlamentares, que dêem o devido apoio a esse requerimento, uma vez que esse projeto que eu peço especial destaque ele vem atender à terceira idade e se formos votar tudo em bloco, ele ficará prejudicado.

Gostaria que os nobres pares votassem favoravelmente a esse requerimento, para que nós déssemos especial destaque.

O SR. DURVAL AMARAL

Retiro a verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Pastor Edson Praczyk, permaneçam como estão **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, peço verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

A matéria foi votada o senhor anunciou o resultado e eu retirei a verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Eu estou pedindo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Edson Praczyk, queiram levantar-se.

**Três deputados aprovam.**

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento do deputado Edson Praczyk, queiram levantar-se.

**Vinte e três senhores parlamentares.**

03 (três) que aprovam.

23 (vinte e três) que rejeitam.

Vinte e seis deputados, com o presidente vinte e sete. Não há quórum para a decisão. **Prejudicado o requerimento.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 504 de autoria do deputado Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 010, 017, 018, 021, 023 e 031/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 090 e 110/2002.

Levanta-se a Sessão.

### Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Ademar Traiano e Hermes Fonseca. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 419/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. O deputado relator Ademar Traiano requer DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO; 02) Projeto de Lei nº 224/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 600/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio à emenda de Plenário

- APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 685/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 491/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 631/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 117/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Plauto Miró Guimarães; 08) Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio à emenda de Plenário - APROVADO; 09) Proposição-veto nº 035/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 321/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 10) Proposição-veto nº 008/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 290/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 253/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri. O deputado relator José Maria Ferreira REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO; 12) Projeto de Lei nº 045/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. O deputado relator José Maria Ferreira REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO; 13) Projeto de Lei nº 292/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. O deputado relator José Maria Ferreira REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO; 14) Projeto de Lei nº 036/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. O deputado relator José Maria Ferreira REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 023/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 530/2001, de autoria do Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 129/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 323/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Antonio Carlos Belinati e Plauto Miró Guimarães; 20) Projeto de Lei nº 241/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Ademar Traiano; 21) Projeto de Lei nº 510/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 618/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APRO-

VADO; 23) Projeto de Lei nº 041/99, de autoria do deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 018/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 096/2002, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Ademar Traiano; 26) Projeto de Lei nº 094/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 701/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia. CONCEDIDO VISTAS aos deputados José Maria Ferreira e Hermes Fonseca; 28) Projeto de Lei nº 524/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 002/2002, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 691/2001, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 568/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 049/2001, de autoria dos deputados Irineu Colombo e Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati na forma da emenda anexa - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 696/2001, de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Hermes Fonseca; 34) Projeto de Lei nº 495/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati na forma da emenda anexa - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 327/2001 de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer CONTRÁRIO do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 108/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer CONTRÁRIO do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 077/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 028/2002, de autoria dos deputados Irineu Colombo e Luciana Rafagnin. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Plauto Miró Guimarães; 39) Projeto de Lei nº 216/2001, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 030/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães na forma da emenda anexa - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 109/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada na forma da emenda anexa, lido pelo deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 670/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio

Spada, lido pelo deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 692/2001, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada, lido pelo deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 604/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada, lido pelo deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 006/2002, de autoria do deputado Ademir Traiano. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada, lido pelo deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 46) Proposição-Veto nº 009/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 274/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Sérgio Spada, lido pelo deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 47) Proposição-Veto nº 036/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 503/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Sérgio Spada, lido pelo deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 48) Proposição-Veto nº 022/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 217/2001, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Sérgio Spada, lido pelo deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 49) Proposição-Veto nº 026/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 191/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 50) Proposição-Veto nº 040/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 296/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 51) Proposição-Veto nº 013/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 073/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 52) Projeto de Lei nº 078/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 53) Projeto de Lei nº 582/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia. A deputada relatora Serafina Carrilho REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado dos Transportes - DEFERIDO; 54) Projeto de Lei nº 088/2002, de autoria do

deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 55) Projeto de Lei nº 339/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri. O deputado relator Hermes Fonseca REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Administração e Procuradoria Geral do Estado - DEFERIDO; 56) Projeto de Lei nº 161/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 57) Projeto de Lei nº 015/2002, de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 58) Projeto de Lei nº 029/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio. O deputado relator Hermes Fonseca REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Procuradoria Geral do Estado - DEFERIDO; 59) Projeto de Lei nº 639/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer CONTRÁRIO do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dois, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 007/2002, 012/2002, 026/2002, 040/2002 e 062/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária